



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

27, 28 e 29 de junho 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Diário Catarinense

**Editoria:** SC no Planalto

**Data:** 28/06/2015

**Assunto:** Creches

**Página:** 12

# DIÁRIO CATARINENSE

## CRECHES

O secretário da Educação, Eduardo Deschamps, já tem a lista de municípios contemplados com recursos federais para creches. Sua missão é explicar as novas normas do MEC. A partir de agora, a verba será repassada ao prefeito para que ele contrate a empresa responsável pela obra. Antes, a União indicava a empreiteira.





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Diário Catarinense

**Editoria:** Artigo

**Data:** 29/06/2015

**Assunto:** Prioridades

**Página:** 22

# DIÁRIO CATARINENSE

## AONDE CHEGAREMOS?

**MARIA APARECIDA  
LEMONS SILVA**

Doutora em Educação  
Florianópolis



**O**povo brasileiro – jovens, crianças, idosos, famílias inteiras – passou a integrar o movimento em prol de um Brasil melhor. A presença marcante dos bem-intencionados chega às ruas como um grito de revolta e de alerta aos governantes e aos políticos de modo geral: chega de corrupção. Os fatos relatados nos mostram o triste panorama descortinado. A listagem dos políticos envolvidos no esquema de desvio de verbas públicas cresce a cada novo dia. Repúdio é pouco para se caracterizar tudo o que sentimos diante da corrupção alarmante. Basta estarmos antenados para conferirmos o tamanho do escândalo.

Enquanto tudo isso acontece, a inflação aumenta e, paralelamente, a miséria, a fome, a falta de acesso ao mercado de trabalho, a falta

de moradia, a carência na educação, a saúde e a falta de segurança pública aumentam. Já a justiça social está em decadência. Emerge a necessidade

**O país precisa tratar a educação como ponto de partida e de chegada para o desenvolvimento**

de líderes autênticos, coerentes, vigilantes e atuantes, competentes e honestos.

Na verdade, são muitas as prioridades, como, por exemplo, poder caminhar com segurança pelas ruas. Na educação, há a necessidade de construção e reformas de escolas básicas e de creches, onde mães trabalhadoras possam, com segurança, deixar seus filhos. Na saúde, urge a construção e a equipagem de hospitais públicos. Chega de gente morrendo nas imensas filas de espera.

Enfim, aonde chegaremos? Até que ponto conviveremos com esse pesadelo? Como acabar com a desenfreada corrupção? Sem ingenuidade, ainda nos resta uma dose de esperança. A nossa memória não pode morrer. Tomara que saibamos reivindicar nossos direitos. Como prioridade, que a educação assuma seus reais objetivos: ser o ponto de partida e de chegada para o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural. Afinal, o nosso amado Brasil não pode ficar à deriva no mar da corrupção.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Correio Lageano	<b>Editoria:</b> Raul Sartori	<b>Data:</b> 29/06/2015
<b>Assunto:</b> Gêneros	<b>Página:</b> on-line	



# CORREIO LAGEANO

## Brasis

Enquanto no polêmico Plano Nacional de Educação se quer impor nas crianças, na aberração identificada como "ideologia de gênero", ali introduzida por influencia de minorias estridentes, a ideia de que meninos e meninas não têm um sexo definido e que, sendo assim, deve-se introduzir banheiros unissex nas unidades de ensino, do mundo dos adultos vem a noticia de que a Companhia de Engenharia de Tráfego, do Rio de Janeiro, foi condenada a pagar R\$ 5 mil a título de indenização por danos morais a um de seus empregados que afirmou ter de trocar de uniforme em vestiário misto.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 29/06/2015
<b>Assunto:</b> Fies		<b>Página:</b> Online

EN JORNAL EXERCÍCIO DO BRASIL \* \* \* WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S. PAULO

## **Novas regras do Fies garantem 'maior segurança' aos estudantes, diz UNE**

Apesar de tornarem o acesso ao financiamento estudantil mais rigoroso, as instituições particulares de ensino e os estudantes ressaltaram a maior transparência na divulgação das novas regras do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), na última sexta (26). A oferta de vagas no segundo semestre era incerta até o início do mês.

"É importante que o governo tenha mudado e anunciado as regras de forma mais transparente", diz a presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Carina Vitral. "As instituições precisarão seguir determinadas regras que garantem maior segurança aos estudantes", acrescentou.

Carina também comemorou a prioridade dada aos cursos com maior qualidade. "Isso significa que o dinheiro público será investido em cursos de maior qualidade, e nós, estudantes, vamos estudar em cursos de maior qualidade. Isso é importante". Os novos juros, no entanto, poderão gerar dificuldade aos estudantes de baixa renda, segundo ela, uma vez que "eles necessitam do subsídio, por parte do governo, num programa tão importante".

O diretor executivo da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior), Sólton Caldas, concorda que a maior clareza sobre as regras é favorável aos estudantes: "recebemos a notícia com bastante entusiasmo, pois é necessário que o governo se mobilize e ofereça oportunidade para os estudantes terem acesso ao ensino superior. Tem restrição, mas faz parte da política pública", diz. A entidade representa mais de 800 mantenedoras e instituições de ensino superior.

As novas regras incluem juros maiores e menor limite de renda para contratar o financiamento. Os juros dos novos financiamentos serão reajustados para 6,5% ano. Atualmente, a taxa de juros é 3,4%. A oferta de vagas vai priorizar os cursos com conceitos 4 e 5 nas avaliações do MEC, sendo um quarto das vagas nos cursos de conceito 5 - nível máximo.

Atualmente, estudantes com renda familiar bruta de até 20 salários mínimos (R\$ 15,76 mil) podem contratar o Fies. Agora, esse limite passa para 2,5 salários mínimos (R\$ 1,97



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

mil) por pessoa. As instituições, em contrapartida, oferecerão mensalidades 5% mais baratas aos estudantes que contrataram o Fies.

"Neste momento em que o país passa por restrição orçamentária, ter disponibilizado as vagas é algo considerável", diz Caldas. Ele ressalta que as novas regras foram construídas depois de consultas às instituições. Ao contrário do que foi feito no final do ano passado, quando instituições e estudantes foram pegos de surpresa com as restrições ao financiamento.

Nas redes sociais, muitas pessoas manifestam dúvidas em relação às novas regras. Os comentários se dividem entre empolgação com novos contratos e reclamações. "Esse vai ser mais tenso do que o primeiro!", diz um usuário do Facebook em grupo de discussão sobre o financiamento. Outro reclama do aumento dos juros: "O juro está muito alto, não compensa fazer. Quem tiver a chance de rever o financiamento interno, fica mais em conta".

Atualmente, mais de 2,1 milhões de estudantes de instituições de educação superior privadas utilizam-se do financiamento para cursar o ensino superior. As novas regras valerão para os novos contratos do Fies. O edital com as datas e os detalhes sobre a inscrição deverá ser divulgado no dia 3 de julho. Na edição do segundo semestre, serão ofertadas 61,5 mil novas vagas.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 29/06/2015
<b>Assunto:</b> Enem		<b>Página:</b> Online

COMISSÃO EXECUTIVA DO ENEM - F. F. F. - WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S. PAULO

### **Abertura de malotes do Enem 2015 terá supervisão de servidores**

A realização do Enem 2015 terá um reforço na segurança: até 25 mil servidores públicos serão selecionados para monitorar a abertura dos malotes nos locais de aplicação do exame.

A medida é adotada após o Ministério da Educação registrar, no ano passado, a abertura dos pacotes duas horas antes do horário previsto, em três Estados do país (Piauí, Paraíba e Ceará). A Polícia Federal chegou a investigar o caso diante de denúncia de um candidato sobre o vazamento do tema da redação. A perícia da PF confirmou o vazamento por meio de aplicativo de celulares de estudantes.

Nesta segunda-feira (29), o Inep (órgão do MEC responsável pelo Enem) lança edital para a adesão dos servidores públicos – todos devem ser do Executivo federal. Os funcionários devem preencher alguns pré-requisitos, como não ter cônjuges ou parentes de até 2º grau inscritos no Enem e apresentar certidão negativa de antecedentes criminais.

Durante os dias de aplicação do Enem 2015, em 24 e 25 de outubro, esses servidores devem "certificar os processos de aplicação" da prova, e garantir que o exame ocorra nos horários e procedimentos definidos pelo Inep. Para isso, os funcionários vão passar por capacitação online e receber uma remuneração pela atividade (R\$ 39,15 por hora de serviço).

#### **MENOS INSCRITOS**

O Enem 2015 teve 8,4 milhões de inscrições, o que representa queda de 10,7% em relação ao ano passado.

Esta foi a primeira queda registrada nos últimos anos, quando o exame passou a ser principal porta de entrada para as universidades públicas do país.

Para o ministro Renato Janine (Educação), um possível motivo para a queda foi a nova regra que tenta coibir faltosos: estudantes isentos da taxa que não comparecerem nesta edição deverão desembolsar o valor da taxa no ano seguinte, como prevê o edital.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ao mesmo tempo, Janine descartou relação entre a redução de 1 milhão de estudantes inscritos e o aumento da taxa, de R\$ 35 para R\$ 63. Entre 2014 e este ano, o percentual de pagantes subiu de 32,4% para 40,2% (em números absolutos, subiu de 3 milhões para 3,4 milhões).





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 29/06/2015
<b>Assunto:</b> ProUni	<b>Página:</b> Online	



### **Termina prazo para convocado do ProUni comprovar informação**

Termina hoje (29) o prazo para os estudantes pré-selecionados na primeira chamada do Programa Universidade para Todos (ProUni) comprovarem nas instituições de ensino as informações prestadas no momento da inscrição. A perda do prazo ou a não comprovação das informações resulta na reprovação do candidato. O resultado da primeira chamada foi divulgado no último dia 22, no site do ProUni.

É responsabilidade do estudante verificar nas instituições de educação superior os horários e o local onde deve comparecer. Entre os documentos a serem apresentados estão identificação, comprovantes de residência, de rendimento dos estudantes e de integrantes do grupo familiar e comprovante de conclusão do ensino médio.

O resultado da segunda chamada será divulgado no dia 6 de julho. Quem não for pré-selecionado em nenhuma das chamadas pode participar da lista de espera a partir do dia 17 de julho. Para isso, é preciso aderir à lista no site do programa.

A segunda edição de 2015 do ProUni oferece 116.004 bolsas em 856 instituições de ensino superior. Desse total, 68.971 são integrais e 47.033 integrais.

O ProUni concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior.

As bolsas integrais do programa são para os estudantes com renda bruta familiar mensal, por pessoa, até um salário mínimo e meio. As bolsas parciais são destinadas aos candidatos com renda bruta familiar mensal até três salários mínimos, por pessoa.

Pode se inscrever quem fez a prova da última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e obteve no mínimo 450 pontos na média das notas. Além disso, não pode ter tirado 0 na redação.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 29/06/2015
<b>Assunto:</b> Comitiva		<b>Página:</b> Online



### **Ministro participa de comitiva presidencial que está nos EUA**

Uma comitiva liderada pela presidente da República, Dilma Rousseff, desembarcou nos Estados Unidos. O objetivo da viagem é o estreitamento de relações do Brasil com aquele país e a participação em seminários. O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro está entre os integrantes da comitiva presidencial, que tem encontro previsto com o presidente Barack Obama.

A delegação embarcou no sábado, 27, em Brasília, com voo direto até Nova York. Na cidade norte-americana, houve, no domingo, 28, reunião com empresários brasileiros. Nesta segunda-feira pela manhã, haverá com empresários norte-americanos de vários setores, incluído encontro especial com representantes do setor financeiro.

Ainda na segunda, antes do embarque para Washington, a delegação brasileira participará do encerramento de seminário sobre investimentos em infraestrutura e concederá entrevista coletiva.

Na capital dos EUA, na terça-feira, 30, haverá o encontro com Barack Obama. Depois, seminários e reuniões de trabalho com membros do governo americano. Antes do retorno ao Brasil, na quarta-feira, 1.º de julho, à noite, a comitiva fará visita à sede do Google, em São Francisco, e manterá reunião com empresários do Vale do Silício.

A chegada a Brasília está prevista para quinta-feira, 2 de julho, de manhã.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 29/06/2015
<b>Assunto:</b> PNE		<b>Página:</b> Online



## VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

### **Atraso em plano de educação pode dar multa e até ação por improbidade**

*Prazo para elaboração do plano terminou na última quarta-feira (26).  
Veja que tipo de controle pode ser feito com os gestores de educação.*

Secretários municipais e estaduais de Educação que descumprirem os prazos de metas e estratégias de seus planos locais e do Plano Nacional de Educação (PNE) estão sujeitos a multas, processos administrativos ou até ações por improbidade. Especialistas ouvidos pelo G1, porém, explicam que a fiscalização não deve se ater apenas ao mero cumprimento de prazos, mas entender quais são os gestores que estão trabalhando, e os que estão sendo omissos.

De acordo com dados do Ministério da Educação, até a noite desta sexta-feira (26), 3.924 dos 5.570 municípios já tinham sancionado seus planos municipais, ou seja pouco mais de 70%. Em 24 horas, quase 200 municípios entraram nessa lista. Já entre os estados, o número se manteve: 11 dos 26 estados já têm a lei sancionada. O Distrito Federal ainda não havia sancionado a lei, segundo o site de acompanhamento dos planos.

Balanco de planos municipais de educação (até as 21h de 26 de junho) (Foto: Editoria de Arte/G1)

O MEC tem considerado, porém, que os municípios cumpriram a meta quando já têm o projeto de lei elaborado, mesmo que ele ainda não tenha sido enviado ao Legislativo para a aprovação antes da sanção. Nesta sexta, o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro afirmou que cerca de 90% dos 5.570 municípios brasileiros estão nesta situação.

"Em muitos casos, a discussão só começou mesmo este ano. O importante é ter planos discutidos maduramente mais do que aprovados a toque de caixa", disse ele, após reunião com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em São Paulo.

"Não é necessário ter nenhum viés punitivo. E se tivesse um viés punitivo, muito poucos municípios seriam afetados. O que a lei exige não é que esteja sancionado ou sequer aprovado na Câmara, ela exige é que até ontem os estados e municípios tivessem elaborado seu projeto de lei. Isso praticamente todos fizeram."

Mas cumprir o prazo do PNE para a elaboração dos planos locais não é a única tarefa das redes municipais e estaduais.

Elas também precisam executar as metas e estratégias da nova legislação na próxima década e, caso deixem de fazê-lo, podem sofrer diversos tipos de sanções administrativas, financeiras e judiciais.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veja abaixo como funciona o processo de elaboração dos planos, e os mecanismos de supervisão, acompanhamento e punição para quem descumprir o PNE:

### DIAGNÓSTICO

Existe um motivo técnico para que o número de redes passando rapidamente pelas últimas três etapas do plano (enviar o projeto de lei à câmara municipal, aprovação do projeto, e sanção da lei) seja alto, na opinião de Alessio Costa Lima, novo presidente da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e secretário municipal de Educação de Tabuleiro do Norte (CE). Segundo ele, as etapas iniciais de elaboração dos planos de educação foram as mais demoradas por causa da produção do diagnóstico de cada rede. Mas, após elas, o processo foi mais rápido. "Atribuímos isso à dificuldade que alguns tiveram em buscar os dados para fazerem o diagnóstico, e à falta de cultura no uso dessas informações para construir um planejamento. Após a fase de construção do documento-base, percebemos que as próximas fases aconteciam de forma mais rápida", afirmou ele.

De acordo com Luiz Antonio Miguel Ferreira, promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), o diagnóstico é uma parte fundamental do plano, já que é com base nele que é feita a discussão pública. Ferreira acompanhou o processo de elaboração de cinco planos do Oeste Paulista, na região de Presidente Prudente, e citou exemplos de metas que tiveram a discussão pausada nas audiências públicas porque o diagnóstico estava incompleto.

"Depois que foi feito o projeto, as audiências aconteceram quase todo dia. Algumas tivemos que suspender porque deu polêmica, o diagnóstico não tava bem feito, então refazíamos a audiência", afirmou ele. "Estava tendo mobilização, discussão. Só que deixaram para encaminhar o projeto no final. De repente estava todo mundo aprovando [o projeto de lei]."

### DEBATE COM A SOCIEDADE

O PNE não detalha exatamente como deve ser feita a consulta à população sobre o documento feito com base no diagnóstico. Mas, em geral, o debate foi feito em audiências públicas. Em Presidente Prudente, o promotor de Justiça disse que houve uma série delas, que chegaram a acontecer diariamente.

A participação popular, porém, variou de acordo com o interesse. "Os governos têm discutido com a sociedade, mas me parece que quem mais se faz presente nessas audiências são pessoas com interesse direto. Ou seja, professores. Quando você vai discutir a meta 17, da carreira, aí lota muito de professores", explicou.

Para Alejandra Meraz Velasco, coordenadora-geral do Todos pela Educação, o prazo para os municípios discutirem seus planos foi curto. "O congresso discutiu o plano por 4 anos, mas o legislativo e estadual ficaram apenas com um ano", diz ela. "Tem municípios e estados que já tinham começado a conversa, a estrutura básica já existia e já era possível se iniciar a articulação local, mas o receio que ficou com esse prazo curto foi a possibilidade de ter um debate real, de conseguir fazer um diagnóstico e de que o plano refletisse essa realidade local."



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Mas, segundo ela, o prazo curto não é indicativo de irregularidade. "O risco de ter uma reflexão pior existe, porque de fato o prazo foi curto. Mas não isso não quer dizer que quem avançou mais rápido nessa última fase necessariamente fraudou o processo."

### PLANO GENÉRICO X PLANO DETALHADO

Alejandra explica que os planos locais de educação devem ser feitos com estrutura semelhante à versão nacional, mas precisam ser mais detalhados em relação ao que acontece especificamente no município ou no estado. "O que se esperava era que os planos municipais não fossem uma cópia do nacional, que, a partir do diagnóstico local eles se adaptassem às realidades locais."

Luiz Antonio Ferreira, do MP-SP, afirma que as redes não são obrigadas por lei a incluir todos os tipos de detalhamento das políticas de educação no plano, como, por exemplo, um número máximo de alunos por sala de aula, e a proporção de professores por alunos na escola.

Mas, segundo ele, quando existe essa definição, é mais simples fazer o acompanhamento e cobrar das redes o cumprimento da estratégia. "Isso é qualidade", explicou. "Hoje a gente tem parâmetros [para acompanhar a execução de políticas de educação], mas parâmetros não são leis. Agora, quando você coloca o parâmetro na lei, você tem que seguir a lei. Se vou cobrar que tem que ter um professor para cada cinco alunos, eu vou baseado em uma lei do município. Para nós isso é muito importante, porque o plano não fica como uma carta de boas intenções, nem uma carta de ficções, ele tem resposta efetiva."

### ATRASO X OMISSÃO

Ferreira afirma, porém, que os promotores não exercem apenas a função de fiscalizadores dos prazos. "O papel do Ministério Público não é só acompanhar a implantação do plano, isso faz parte, vamos tentar acompanhar, tem prazos estabelecidos, metas a serem cumpridas. Mas, mais do que isso, temos que ver com o gestor o que é que precisa ser feito para que as metas sejam cumpridas."

O PNE demorou três anos a mais para ser feito. Não é porque um município demorou um mês, um mês e meio, que a gente vai entrar com ação. O importante é que está fazendo"

Luiz Antonio Miguel Ferreira,

promotor de Justiça do MP-SP

"Não é simplesmente controlar o prazo, é ser parceiro na execução desses planos, para que eles atinjam os seus objetivos de melhoria da qualidade da educação", explicou.

Por causa do curto prazo, o promotor diz que não é um problema grave que municípios e estados levem dias ou até mais de um mês para finalizar o plano local.

"Tem que ter um certo entendimento dessa questão, o PNE demorou três anos a mais para ser feito. Não é porque um município demorou um mês, um mês e meio, que a gente vai entrar com ação. O importante é que está fazendo. O problema é quando ele não faz. Aí sim vamos tomar atitude para que ele faça."



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

### MECANISMOS DE CONTROLE

Quando é preciso tomar medidas para garantir o cumprimento da lei, Ferreira diz que o Ministério Público tem uma série de mecanismos antes de chegar à necessidade de judicialização. "Você tem mecanismos de solução desse problema, pode instaurar procedimento para acompanhar a execução. Você vai responsabilizar o gestor, entrar com uma ação de obrigação de fazer sob pena de multa, para que ele faça o plano, ou uma ação de improbidade por omissão", disse ele.

"O conselho de educação, ou mesmo o pai de aluno podem cobrar do gestor, todos podem ser corresponsáveis. O conselho tem poder de pressão", disse ele, sobre a participação popular.

Procurado pelo G1, o Tribunal de Contas da União (TCU) afirmou que, "em qualquer tema fiscalizado", os tribunais nos estados têm competência para aplicar multa e decretar, durante a apuração de irregularidade, a indisponibilidade dos bens do responsável por até um ano.

"Se considerar a infração grave, o TCU pode inabilitar o responsável para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal por um período que variará de cinco a oito anos e, em caso de fraude, pode declarar a inidoneidade de responsável para participar de licitação."

Ferreira explica ainda que, apesar de o MEC não ter mecanismos específicos de punição administrativa contra redes que não cumpram a lei, há tipos de sanção indiretos como, por exemplo, a impossibilidade de participar de programas federais caso a rede não tenha concluído seu plano local de educação.

### LEI DE RESPONSABILIDADE EDUCACIONAL

Uma das estratégias do PNE diz que o Brasil deve "aprovar, no prazo de 1 ano, Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais".

Esse prazo terminou na última quarta-feira (24) e não foi cumprido. Segundo o MEC, o projeto de lei já foi encaminhado ao Congresso Nacional, e agora cabe ao Poder Legislativo analisar e aprovar o tema.

"Eu esperava que a lei tivesse já sido apreciada e votada, mas não uma lei genérica", avaliou Ferreira.

Para Alejandra, do Todos pela Educação, ter uma lei específica para responsabilizar os gestores de educação serve para dar ênfase na garantia de uma educação de qualidade no Brasil. "Acho que a principal função da lei será mostrar que não é admissível a regressão na qualidade da educação. O gestor de educação é responsável, não por dar vagas na escola, mas é responsável pela aprendizagem, por dar as condições para que a aprendizagem aconteça na sala de aula."



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 29/06/2015
<b>Assunto:</b> PNE	<b>Página:</b> Online	



### UM PLANO PELA METADE

**Com dificuldades de planejarem o financiamento de metas, e às voltas com pressões religiosas, estados e municípios atrasam entrega de propostas estratégicas para o setor**

**Fonte: Correio Braziliense (DF)**

Um ano após a aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE), planejamento feito por estados e municípios para cumprir metas locais no setor deixa a desejar em alguns aspectos. De acordo com especialistas ouvidos pelo Correio, há fragilidades na previsão de recursos para ampliação e melhoria da qualidade da rede de Ensino, participação insuficiente da sociedade nas discussões e exclusão de temas importantes, como questões de gênero. Muitos planos regionais apenas reproduziram as diretrizes nacionais e outros nem sequer foram concluídos. Até a noite de sexta-feira, 11 das 27 unidades da Federação e 3.924 dos 5.570 municípios haviam sancionado seus documentos.

Para arcar com as despesas educacionais, os municípios contam com a arrecadação de impostos e com transferências pontuais da União, como o Programa Dinheiro Direto na Escola, por exemplo. Doze tributos, como IPI e ICMS, são a base para esta arrecadação. “A atividade econômica caiu e a receita desses impostos e transferências está menor. Logo, é frágil a situação de receita da Educação municipal neste momento”, explica Carlos Eduardo Sanches, ex-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais (Undime) e do Conselho Nacional do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). C

De acordo com a legislação brasileira, uma despesa permanente só pode ser criada se a fonte de financiamento for apontada. O artigo 169 da Constituição Federal, por exemplo, determina que o gasto com pessoal precisar de comprovação de fonte para ser autorizado. Já a Lei de Responsabilidade Fiscal estipula a organização de tais gastos. “Se o PME (Plano Municipal de Educação) determina a necessidade de contratação de pessoal, então, deveria apresentar a evolução do impacto orçamentário-financeiro dessa despesa. E isso não tem aparecido nos PMEs pela ausência de orientação da Sase (Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ministério da Educação)”, afirma Sanches. Para o especialista, isso pode se traduzir em dificuldades para cumprir as metas.

### Investimento mínimo

A concentração das estruturas de planejamento orçamentário nas Secretarias de Fazenda ou Planejamento, enquanto os planos são responsabilidade da Educação, também dificulta a interlocução. Outra necessidade para financiar as metas é tirar do papel o Custo Aluno Qualidade Inicial (Caqi), valor mínimo a ser investido por estudante a fim de garantir a qualidade do Ensino na Educação básica. O PNE prevê a implementação do indicador até junho de 2016 e que ele seja progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade (CAQ). Ele será usado como parâmetro de financiamento de investimentos em qualificação e remuneração de profissionais, aquisição e manutenção de instalações, equipamentos, material didático, alimentação e transporte.

Para a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA), algumas metas foram definidas sem atenção adequada às regiões. “Como tem pouca gente que discute financiamento no Brasil, as metas de financiamento acabam sendo discutidas de forma mais apressada, então fixa-se um valor muitas vezes sem fazer aquilo que é fundamental, que é estudar a demanda, a situação do estado, onde estão os desafios”, afirma José Marcelino de Rezende Pinto. Um estudo detalhado permitirá calcular melhor a ajuda do governo federal. Devido a fatores como a complementação do governo federal ao Fundeb, alguns municípios e estados têm uma dependência maior de recursos externos. A União transfere valores aos entes da Federação que não alcançam com a própria arrecadação o valor mínimo nacional por Aluno estabelecido a cada ano. Em 2015, o valor é de R\$ 2.576,36.